



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SES - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Resolução nº 961/2025 - CIB

Goiânia, 12 de agosto de 2025

Aprova a reformulação dos critérios de repasse financeiro para o custeio, incluindo a contratação de profissionais, para a prestação de assistência à saúde das Pessoas Privadas de Liberdade nas Unidades Prisionais do Estado de Goiás.

A Coordenação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, no uso das atribuições regimentais que lhe foi conferida e considerando:

- 1** – A Constituição Federal de 1988, artigos 196 ao 200 que tratam do Sistema Único de Saúde – SUS;
- 2** – A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos correspondentes, e dá outras providências;
- 3** – O Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- 4** – A Resolução nº 001, de 15 de agosto de 2016, do Conselho de Políticas Salariais e Recursos Humanos de Goiás- CONSIND, que aprova a atribuição de competências à Secretaria de Estado da Saúde para o suprimimento de profissionais de saúde para assistência no sistema prisional;
- 5** – A Portaria de consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das Normas sobre as Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde;
- 6** – A Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, na qual faz a junção das Normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
- 7** – A Portaria GM/MS nº 2.298 de 09 de setembro de 2021, que dispõe sobre as normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;
- 8** – As discussões na reunião do Grupo de Trabalho de Atenção à Saúde, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, que aconteceu no dia 21 de julho de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em Reunião Ordinária, do dia 24 de julho de 2025, a reformulação dos critérios de repasse financeiro, incluindo a contratação de profissionais, para a prestação de assistência à saúde, das pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais do Estado de Goiás.

Parágrafo Único – O repasse de recursos para custeio de que trata o caput será do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde dos Municípios que tenham Unidade Prisional em seu território. Para os municípios que formalizaram a adesão nos anos de 2017 a 2024, a transição dos valores não implicará a necessidade de assinatura de novo termo de adesão. Os municípios que farão adesão, a partir do ano de 2025, formalizarão proposta, conforme termo de adesão.

Art. 2º O incentivo financeiro poderá ser utilizado para contratação de profissionais de saúde, e custeio da prestação de assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, aquisição de insumos e materiais necessários para a atuação das equipes nos territórios, pagamento de diárias para participação em eventos e ações relacionados à temática de saúde no sistema prisional, educação permanente/treinamentos sobre temas pertinentes ao contexto desta população entre outras ações programadas no Plano de Ação Anual.

§ 1º O incentivo financeiro poderá ser utilizado para bonificação/gratificação aos membros das equipes de referência para as pessoas privadas de liberdade, podendo ser este instituído por ato normativo da gestão municipal de acordo com a legislação vigente.

Dos Critérios de Repasse

Quadro I – Critério de repasse de recursos financeiros para Equipes mínimas de saúde em Unidades Prisionais do Estado de Goiás.

População privada de Liberdade	Carga horária mínima por profissional da equipe	Valor de repasse mensal	Composição mínima de profissionais
0 – 100 pessoas privadas de liberdade	6h	10.000,00	Equipe compartilhada com a ESF/ESB
101 – 300 pessoas privadas de liberdade	20h	18.497,00	1 médico 1 enfermeiro, 1 técnico/auxiliar de enfermagem, 1 odontólogo 1 técnico/auxiliar de saúde bucal
301 – 500 pessoas privadas de liberdade	20h	36.437,00	1 médico 1 enfermeiro, 1 técnico/auxiliar de enfermagem, 1 odontólogo 1 técnico/auxiliar de saúde bucal

Municípios acima de 501 pessoas privadas de liberdade e que possuem <u>apenas 1 (uma)</u> unidade prisional em seu território.			
Acima 501 pessoas privadas de liberdade e com apenas uma Unidade Prisional	30h	45.000,00	1 médico 1 enfermeiro 1 técnico/auxiliar de enfermagem 1 odontólogo 1 técnico/auxiliar de saúde bucal + 1 profissional entre as categorias de serviço social ou psicologia
Municípios acima de 501 pessoas privadas de liberdade e que possuem <u>mais de 1 (uma)</u> unidade prisional em seu território.			
Acima 501 pessoas privadas de liberdade e com duas ou mais Unidades Prisionais	30h	85.284,00 (2 equipes)	2 médicos 2 enfermeiros 2 técnicos/auxiliares de enfermagem, 2 odontólogos 2 técnicos/auxiliares de saúde bucal 2 psicólogos 2 assistentes sociais

Art. 3º Fica excluído desta Resolução o Município de Aparecida de Goiânia, que foi objeto de pactuação própria, em razão das especificidades demandadas pelo Complexo Prisional.

Art. 4º Para fins da definição do valor do repasse financeiro será observado o quantitativo populacional registrado no momento da adesão do município que será, semestralmente, aferido por meio do Observatório Penitenciário da Diretoria Geral de Polícia Penal de Goiás podendo ser revisto e atualizado, e o valor do repasse adequado conforme Quadro I.

§ 1º A análise a que se refere esse artigo será realizada no decorrer do ano e ao final, aquele Município que teve uma média de aumento ou redução que faça jus à mudança de categoria sofrerá alteração para os valores descritos no quadro I.

Art. 5º Para os municípios que já possuem adesão à contrapartida estadual na categoria de 101 a 300 pessoas privadas de liberdade, com carga horária de 20 horas semanais, e que também aderiram à PNAISP na modalidade ESF/ESB, com carga horária compartilhada de 6 horas semanais, não será permitido o cumprimento de carga horária inferior à pactuada na adesão estadual.

Art. 6º No intuito de dar mais efetividade às ações de saúde desenvolvidas às pessoas privadas de liberdade, foram estabelecidas as seguintes metas:

I – realizar no mínimo 2 consultas médicas e 2 consultas de enfermagem por pessoa privada de liberdade/ano;

II – disponibilizar os imunobiológicos pertencentes ao Programa Nacional de Imunização (PNI) à 100% das pessoas privadas de liberdade, observando o calendário vacinal e o provimento das vacinas pelo Ministério da Saúde;

III – realizar os testes rápidos para a Sífilis, TB, HIV, Hepatites B e C para toda pessoa privada de liberdade no momento do ingresso na unidade do sistema prisional, garantindo tratamento adequado em tempo oportuno, acompanhamento e notificação nos sistemas de informação;

IV – garantir a realização do exame de prevenção de câncer de colo de útero e câncer de mama, observado os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

V – garantir o tratamento e o acompanhamento dos pacientes diagnosticados com doenças infectocontagiosas, viabilizando a continuidade do cuidado no caso de transferência ou soltura, por meio de contato com a unidade de transferência ou encaminhamento a APS.

Das Competências

Art. 7º Compete à Secretaria Estadual de Saúde:

I – realizar o repasse financeiro às Secretarias Municipais de Saúde, de forma regular e contínua, desde que cumpridas as condicionalidades estabelecidas nesta resolução.

II – prestar assessoria técnica e apoio institucional aos municípios no desenvolvimento das ações de saúde à população privada de liberdade;

III – promover ações de capacitação e educação permanente para as equipes de saúde e segurança do sistema prisional;

IV – monitorar as ações de saúde destinadas às pessoas privadas de liberdade nas Unidades Prisionais.

V – articular com a Diretoria Geral de Polícia Penal meios para garantir a execução das ações de saúde dentro das unidades prisionais.

Art. 8º Compete às Secretarias Municipais de Saúde:

I – executar, no âmbito da atenção básica, as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população privada de liberdade em seu território;

II – elaborar o Plano de Ação para implementação das ações de saúde destinadas às pessoas privadas de liberdade, com apoio técnico da SES considerando as questões prioritárias e suas especificidades;

III – cadastrar, por meio dos programas disponíveis, às pessoas privadas de liberdade no seu território, assegurando a sua identificação no Cartão Nacional de Saúde;

IV – Inserir os dados de saúde da população privada de liberdade nos sistemas de informação em saúde.

V – promover a capacitação e a educação permanente para trabalhadores das equipes de saúde prisional.

Dos indicadores:

Art. 9º O número de consultas médicas e/ou de enfermagem com preenchimento do campo “local de atendimento”, em que pode ser marcada a opção 09” – Unidade prisional ou congêneres” serão verificados no e-SUS AB por meio do Identificador Nacional de Equipe (INE), já que as equipes de saúde prisional habilitadas possuem identificação específica. Além disso, o cumprimento das metas estabelecidas no artigo 6º.

Da Prestação de Contas e Monitoramento:

Art. 10. Fica determinando o encaminhamento à Gerência de Atenção às Populações

Específicas / SES das informações referentes aos parâmetros e metas estabelecidos nesta resolução, bem como planilha em meio física ou eletrônico com atendimentos realizados, a cada mês, por meio de planilha mensal em meio físico ou eletrônico (modelo a ser disponibilizado pela SES).

Art. 11. A Prestação de Contas sobre a aplicabilidade do recurso deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 12. A suspensão do repasse financeiro ocorrerá, caso persistam por três meses consecutivos, as seguintes situações: descontinuidade das ações junto às pessoas privadas de liberdade, equipes incompletas e a falta de registros da produção no sistema de informação da Atenção Primária “e-SUS.”

Art. 13. A Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, sempre que verificar o descumprimento do previsto neste documento e no termo de adesão, dará ciência ao gestor local, com prazo de 30 dias para que apresente as justificativas e/ou regularize as pendências identificadas, antes da suspensão do repasse.

Art. 14. Nos casos em que for verificada a não execução do objeto originalmente pactuado no Plano de Ação, o município deverá devolver os recursos não executados, nos termos da legislação vigente.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

REPRESENTAÇÃO ESTADUAL
RASÍVEL DOS REIS SANTOS JÚNIOR

Secretário de Estado da Saúde

REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL
PATRÍCIA PALMEIRA DE BRITO FLEURY

Presidente do COSEMS

GOIANIA - GO, aos 12 dias do mês de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA PALMEIRA DE BRITO FLEURY**, **Usuário Externo**, em 12/08/2025, às 14:10, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RASIVEL DOS REIS SANTOS JUNIOR**, **Secretário (a) de Estado**, em 20/08/2025, às 17:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **78161620** e o código CRC **09226E0F**.

SES - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
NAO CADASTRADO, NAO CADASTRADO - Bairro NAO CADASTRADO - GOIANIA - GO
- CEP 74000-000 - .



Referência: Processo nº 202500010057325



SEI 78161620